

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE

CAMARADAS:

APOIEMOS ESTA CAMPANHA LANÇADA PELOS TRABALHADORES DA TIMEX.

Várias tendências políticas reformistas e reacçãoárias, bem como direcções reformistas de sindicatos, têm vindo a lançar uma campanha para convencer os trabalhadores a darem ao Governo Provisório um dia do seu salário.

Que enorme ousadia, ou que grande estupidez, a dos governantes! Este governo é constituído pelos representantes directos do grande capital, da alta finança. Neste governo colaboram tendências reformistas que, dizendo apoiar os trabalhadores, são das mais activas na repressão às greves, na calúnia aos trabalhadores quando das negociações para os contratos de trabalho. Neste governo, o Ministério do Trabalho não é uma arma ao serviço dos trabalhadores, mas um instrumento que tenta conciliar os trabalhadores com o capital, isto é, manter os explorados na dependência dos exploradores. Vamos ser nós, os explorados, que já damos à burguesia o nosso suor e a miséria das nossas famílias, a dar-lhes ainda um dia dos miseráveis salários que eles nos pagam?! Que grande cinismo, o desses senhores!

Contra esta campanha da burguesia e dos seus servidores reformistas, os trabalhadores da TIMEX lançaram uma campanha revolucionária:

UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE.

A greve é a grande arma de luta dos trabalhadores. As nossas vitórias só se obtêm pela luta e nunca implorando misericórdia aos patrões. Apoiar as greves é apoiar a grande luta de todos os trabalhadores pela libertação do trabalho.

Os patrões querem-nos impedir de fazer greve e tentam encostar-nos entre a espada e a parede dizendo-nos: «Se não fizeres greve, obterás salários de miséria. Mas se fizeres greve, não vos pagaremos qualquer salário e vencer-vos-emos pela fome».

Contra esta tática do patronato, trabalhadores como os da Sogantal e outros lutam apoderando-se colectivamente das próprias mercadorias que produzem e vendendo-as directamente. O dinheiro assim obtido deve sustentar a continuação da luta.

Devemos unir-nos também para reunir fundos que permitam a todos os trabalhadores começar e continuar greves sem temer a chantagem dos patrões. **POR ISSO, DEVEMOS ORGANIZAR NAS NOSSAS FÁBRICAS, NAS NOSSAS EMPRESAS, UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE.**

ÀS TENTATIVAS DE ISOLAMENTO OS TRABALHADORES DOS CTT RESPONDEM COM A UNIDADE DA SUA LUTA

Segundo informações recolhidas e discutidas com um grupo de trabalhadores dos CTT e comunicados emanados da Comissão Pró-Sindicato, redigimos:

Face à determinação dos trabalhadores dos CTT em não racharem na sua luta e em não deixarem isolar os seus legítimos representantes na condução deste processo reivindicativo por melhores condições de vida e de relação na empresa, ergue-se uma ampla frente de sabotagem (da DORL do «P»CP», do Governo Provisório e da Junta, passando pelos órgãos de imprensa pertença do capital, logo, mais nitidamente, ao serviço da burguesia), que não tem recuado perante o uso de todos os meios de dissuasão, da calúnia ao boato, passando pela tentativa de repressão directa através da ocupação de locais de trabalho pela tropa, comandada por milicianos.

Toda esta campanha é claramente explicitada no comunicado à população dos trabalhadores dos CTT, de 25 de Junho, onde se diz:

«Ao longo de toda a acção de luta empreendida por diversos sectores tornaram-se claras as tentativas realizadas para dividirem entre si os trabalhadores dos CTT. Manobras essas iniciadas por alguns chefes do sector técnico das Telecomunicações e apoiadas e incentivadas por antigos e já exonerados Administradores cujas ligações ao fascismo eram sobejamente conhecidas. Manobras que conseguiram inicialmente a adesão duma parte do referido sector — que integra

3% do total dos trabalhadores dos CTT — mas que terminaram na derrota mais acabada, pois apenas uma reduzidíssima minoria de trabalhadores não aderiram solidariamente com a grande maioria dos seus camaradas.

«Outro tipo de tentativas diferentes desta, mas visando o mesmo objectivo — a divisão dos trabalhadores — consistiu na realização de manifestações em diversas localidades do País, nas quais participaram como fomentadores membros de conhecidas organizações políticas, bem como um grémio de comerciantes, no caso de Viseu. Essas manobras tiveram um resultado oposto ao que essas pessoas esperavam, pois os trabalhadores dos CTT souberam reagir às duras condições a que os sujeitavam, mantendo quase por toda a parte a fir-

meza na acção e a unidade em torno dos seus objectivos. Manobras que culminaram com a apresentação directa aos trabalhadores, passando por cima dos seus legítimos representantes, de uma proposta de salários, proposta essa sobre a qual, em vários locais de trabalho, certos chefes tentaram fazer os trabalhadores realizar votações assinadas e individuais, na inexistência de quaisquer reuniões em que se discutisse democraticamente o seu significado e das posições colectivas a adoptar. Manobras que apenas momentaneamente obtiveram algum êxito pois os trabalhadores souberam dar a devida resposta.»

O interrogarmo-nos sobre algumas questões concretas pode tornar ainda

(Continua na pág. 6)

COMPREENDER O GENERAL SPÍNOLA

O pensamento político e a linha de actuação do General Spínola podem ser melhor entendidos nas suas verdadeiras intenções, se retermos algumas passagens de um discurso proferido em 20 de Julho de 1970, e que lamentamos não tenha sido mais divulgado após o 25 de Abril.

«A guerra transitou, portanto, do campo das armas para o campo das ideias, para o campo da mobilização das massas ou, mais precisamente, para o campo das reivindicações sociais, passando a processar-se sob a forma de conflitos internos, isto é, de guerras nacionais com finalidade internacional.

Contra esta estratégia, concebida pelo bloco oriental para provocar a autodestruição do Ocidente, este opõe uma estratégia clássica, confundindo lamentavelmente dissuasão com defesa. A NATO, criada como instrumento dissuasor, transformou-se em força de defesa do Ocidente, polarizando, como instrumento de defesa, as atenções dos que, ingenuamente, se julgam defendidos. Com efeito o Ocidente não está defendido com a NATO, pelo simples motivo de que não é nesse campo que estamos a ser atacados.

«(...)

«Face a conceitos tão diferentes, a estratégia ocidental encontra-se necessariamente ultrapassada, e a história dos últimos tempos tem-no demonstrado largamente. Há portanto que evoluir de forma a opor à revolução uma eficaz contra-revolução, combatendo ideias com ideias.

Se assim não for, o Ocidente, estagnado e circunscrito aos termos clássicos das suas concepções, sucumbirá asfixiado pela chamada «revolução mundial do povo» a que vem aderindo a juventude. Há, por conseguinte, que ir ao encontro do povo e da juventude, e operar dentro da nossa cultura a revolução que, se não for feita por nós, surgirá inevitavelmente, mas no seio duma cultura diferente.»

(Linha de Acção, Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1971, pp. 47-48 e 49).

DOSSIER TIMEX

CONTRIBUIÇÃO PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA

Ao analisarmos a luta dos trabalhadores portugueses face à multinacional Timex, criámos um polo de coordenação. Consideramos esse polo o 25 de ABRIL, pois esta data significa o princípio de uma metamorfose num processo histórico com raízes bem vincadas.

A Timex implantou-se em Portugal, faz em Outubro próximo 4 anos com a denominação TMX Portugal Lda. A grande atracção para esta multinacional, aliás como para todas as outras, residia na prática de salários de fome, na presença de um regime opressivo que eliminava qualquer possibilidade de instabilidade no seio da classe trabalhadora, etc.

Os trabalhadores da TMX provêm na sua grande maioria das classes mais baixas da sociedade e sentiram inicialmente nesta empresa a garantia de uma estabilidade de emprego que normalmente não encontravam e uma oferta de regalias (miragens de uma falsa realidade) de que não dispunham na maioria dos casos.

Os salários praticados inicialmente rondavam os 1 300\$00 e, só no fim do ano passado saltaram de cerca de 1 500\$ para 1 700\$.

Concretamente o reconhecimento de uma situação de exploração por parte dos trabalhadores e o princípio da instabilidade começou em fins do ano passado. Muito contribuíram para isso com a sua acção repressiva, pessoas como os 6 indivíduos que foram saneados. Foi mais precisamente em Novembro que se esboçou a primeira greve que não se concretizou porque o movimento foi descoberto e alguns cabeças foram para a rua. Mas já assim não aconteceu em Fevereiro, quando os trabalhadores depois de terem recebido em média 200\$00 de aumento, migalhas para pobres, verificaram que o aumento do custo de vida os tornava ainda mais pobres.

A greve de Fevereiro durou um dia e meio e era essencialmente de carácter económico. Com essa greve os trabalhadores conseguiram 800\$00 de aumento para todos independentemente da sua categoria profissional, embora não fosse concretamente o que desejavam.

Esta pequena vitória deve-se essencialmente à unidade espontânea de toda a classe operária, a mais mal paga.

Foram estes os expoentes máximos da luta antes do 25 de Abril.

Toda a estratégia de actuação da empresa, antes do 25 de Abril, baseou-se na inexistência de órgãos verdadeiramente representativos da classe, no medo por parte da classe trabalhadora de um sistema repressivo a nível governamental, apoiado pela nojenta PIDE/DGS e na constituição de um sistema de chefia interna com elementos totalmente manobráveis pela empresa e facilmente subornáveis.

Quando eclodiu o golpe do Movimento das Forças Armadas, todo o sistema Imperialista se calou e o povo pensou ter chegado a sua hora e trouxe ao de cima a verdadeira face de uma luta muito mais viva, mas a falta de uma organização da classe e a sua despolitização processada durante 48 anos muito têm contribuído para que todo o poder ainda se encontre na mão de uma burguesia capitalista substancialmente apoiada por alguns partidos, que traíram completamente a imagem deles criada.

Após 2 meses de implantação de uma Democracia Burguesa, já está bem definida toda uma estratégia de actuação Imperialista, do Capital e seus monopólios.

A meu ver toda ela se desenvolveu da seguinte maneira:

Inicialmente procurou-se sustentar toda a frente de luta, continuando a manter o poder económico através das mais variadas organizações existentes que sempre estiveram voltadas para o cume e nunca para a base. Procurou-se os mais variados tipos de acordo por forma a amolecer o ímpeto da classe e a permitir a organização de um sistema dentro da tal Democracia Burguesa com o fim de evitar o colapso do capital e servi-lo. Para tal muito tem contribuído o lançamento de papões tais como o caos económico — o desemprego — a reacção etc....

O caos económico já era uma realidade e os outros papões tornam-se reais se os trabalhadores

ficarem inactivos e não continuarem a organizar-se, a demascarar todas as manobras atentatórias e a desenvolver o espírito de unidade.

Os trabalhadores da TMX ao enfrentarem uma das maiores situações de greve, senão a maior, estão também neste momento a enfrentar o desenvolvimento mais avançado da reacção. Ela começou da seguinte forma:

1.º A tentativa de um pequeno grupo minoritário para desacreditar os representantes dos trabalhadores, partindo do sector administrativo.

2.º O impasse criado pela Administração que originou o tão longo período de greve acompanhado com a saída de comunicados ameaçando o não pagamento do ordenado durante este período o que mais tarde se confirmou.

3.º A propagação de boatos de falência da empresa e da falsa realidade da situação.

4.º As pressões dos familiares dos operários, na sua maioria bastante jovens (80% do pessoal feminino tem uma idade média de cerca de 18 anos) e de grupos mal identificados que, armados em bons samaritanos, mas que da luta nada conheciam, procuravam convencer as pessoas a aceitar a contra-proposta.

5.º Uma contra-proposta salarial muito bem engendrada dando 2000\$00 de aumento muito tentador aos mais mal pagos e não aumentando os que estavam com mais de 7 500\$00 desinteressando-os automaticamente.

6.º O perigo que as pessoas sentiram da desgraça económica no seio familiar com o não pagamento dos dias de greve.

7.º O afastamento dos órgãos representativos existentes que mais os poderiam ajudar (é excepção o Sindicato Livre dos Ourives Relojoeiros e Oficinas Correlativos).

Tudo isto levou os trabalhadores a aceitarem no dia 21 em votação secreta a Proposta final da Administração.

Mas a luta não acabou e é agora que surge o verdadeiro perigo que vou expor nos seguintes pontos:

1.º Com o regresso ao trabalho houve um afrouxamento do ímpeto da luta.

2.º Elementos dificilmente detectáveis e aproveitando-se da inexperiência inicial dos trabalhadores, que originou algumas falhas, movem uma campanha de mentalização entre a classe, tendente a desacreditar a comissão.

3.º A tentativa constante de alterar os pontos acordados e de não facilitar o trabalho da comissão, impedindo uma completa autonomia de acção, de forma a não ser possível levar para a frente os programas, em especial no que se refere a gestão de pessoal, que caso não se cumpra, automaticamente demonstra uma incapacidade dos seus representantes, desacreditando-os.

QUAL O FIM EM VISTA?

Levar os trabalhadores por sua própria mão a fazer o saneamento da Comissão.

Cada sector, conforme o grau de mentalização que lhe vai sendo administrado, irá substituir os seus representantes, que comprovadamente se têm sacrificado na luta pelos direitos e interesses da classe, nomeando aqueles que durante a campanha de mentalização mais se têm evidenciado e assim de uma forma progressiva (um de cada vez) e sem que a própria classe se aperceba, a comissão inicial estará completamente substituída por outra comissão que previamente já foi bem ensinada.

Possivelmente a seguir a isto, os representantes iniciais já desacreditados perante a classe serão despedidos ou ser-lhes-á imposto o pedido de demissão.

Para finalizar resta-me lembrar que sou um trabalhador como todos nós e que ao escrever este artigo não pretendo ter dotes de intelectual, mas sim tentar alertar toda a classe para os perigos futuros que vai correr.

Por este motivo faço os seguintes apelos:

— NAO PERMITAMOS DESPEDIMENTOS. UNAMO-NOS CONTRA ELES.

— FOMENTEMOS A UNIAO DE CLASSE.

— APOIEMOS AQUELES QUE NA REALIDADE DEFENDERAM E DEFENDEM OS Nossos INTERESSES, SABENDO SEPARAR O TRIGO DO JOIO.

— O POVO UNIDO VENCERA!

Um trabalhador da TMX

OS JORNAIS DE FÁBRICA SÃO UM PASSO DECISIVO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA VERDADEIRA IMPRENSA DOS TRABALHADORES DIVULGÁ-LOS É UM DOS MEIOS DE UNIFICAR A LUTA DOS TRABALHADORES <COMBATE> LEVARÁ AVANTE ESSA TAREFA

EDITORIAL

1. Os trabalhadores não podem esperar que os objectivos das suas lutas venham a ser prosseguidos pelas facções, organizações ou instituições da classe burguesa. Isto resulta da própria contradição fundamental da sociedade capitalista: que opõe dum lado a burguesia exploradora e de outro as massas exploradas. Nesta sociedade, a classe dominante tem como objectivo fundamental explorar os trabalhadores. Não existe, para ela, progresso, liberdade, democracia, igualdade ou paz fora deste quadro.

2. Nos momentos de crise, este facto pode, por vezes, tornar-se menos claro. A velocidade com que certas instituições burguesas se desenvolvem, as contradições violentas que as opõem a outras, o tom radical de certas afirmações ou actos dão a ilusão que estão em vias de passar para o lado do povo. Essa esperança é alimentada por aqueles que separados prática e ideologicamente dos trabalhadores não são capazes de ver a História senão como a acção da burguesia e não acreditam na possibilidade da luta dos explorados conduzir ao socialismo.

No caso português, e estando já suficientemente provado o carácter burguês e reacção da Junta de Salvação Nacional e do Governo Provisório, há quem pense que o Movimento das Forças Armadas tem possibilidades de se radicalizar e conduzir a sociedade portuguesa para o socialismo.

3. Analisando a experiência destes meses tudo permite afirmar que o Movimento das Forças Armadas é uma organização da burguesia: a «liberdade», a «democracia» e a «paz», na exploração. O modo como esses objectivos estão sendo prosseguidos já é suficientemente claro. A guerra colonial de agressão aos povos das colónias continua. Nos quartéis as «normas da democracia» foram aplicadas, exemplarmente, com proibição de reuniões e manutenção da disciplina militarista, acabando na prisão de oficiais milicianos que se recusaram a participar na repressão aos trabalhadores. Entretanto é imposta uma nova lei de imprensa que na prática constitui a reorganização da censura das lutas dos trabalhadores, censura que já vinha sendo feita internamente nos grandes órgãos de informação, pelo capital financeiro que os domina. Organizam-se acções militares, para além de toda a espécie de pressões, contra as lutas dos trabalhadores.

Serão necessárias mais provas?

4. Os trabalhadores não podem confiar a sua libertação a organizações e facções da burguesia. Criem as suas organizações próprias, quer para a obtenção de objectivos imediatos, quer para a obtenção de objectivos históricos: a conquista do Poder Político e a construção do socialismo.

CAMARADA ESCREVE E RELATA A TUA LUTA!

Este jornal não é órgão de nenhuma organização política, nem pretende vir a sê-lo. Por isso, não publicaremos qualquer correspondência assinada por qualquer organização política.

Este jornal dá a palavra aos trabalhadores em luta. É essa a nossa razão de ser.

Procuraremos que grupos de trabalhadores inseridos numa luta se reúnam e que, da discussão conjunta das formas de organização e dos métodos de actuação empregados, resultem textos que analisem as lutas nas suas vitórias e nas suas derrotas.

Para que este jornal seja, cada vez mais, expressão dos trabalhadores e dos oprimidos, é necessário que todos nos escrevam.

Camarada: é escrevendo-nos e relatando as tuas experiências que farás deste jornal, cada vez mais, a livre voz dos explorados e dos oprimidos.

Para toda a correspondência, escrever para AV SANTOS DUMONT, 48, r/c.-Dto., LISBOA-2.

USA: A LUTA DOS TRABALHADORES NO CORAÇÃO DO IMPERIALISMO

A propaganda burguesa internacional criou o mito de que os trabalhadores americanos tinham perdido a sua militância revolucionária graças a uma suposta «comparticipação» nos lucros imperialistas da burguesia norte-americana. Nesta ordem de ideias, a luta de classes nos EUA é apresentada em termos nacionalistas e separada da exploração na produção. As lutas dos negros e outras minorias raciais é considerada só como uma luta contra o racismo e não como uma luta contra a exploração capitalista e imperialista.

Neste artigo procura-se fazer uma análise, ainda que breve, de alguns aspectos da luta dos trabalhadores americanos contra a exploração capitalista. Esta análise ajudará a compreender o papel sabotador da luta operária desempenhado pelos sindicatos reformistas, tais como a AFL (American Federation of Labor) e a CIO, hoje em dia confederadas na chamada AFL-CIO e agregando cerca de 13 milhões de trabalhadores.

ALTOS E BAIXOS DA LUTA

Nos últimos 25 anos, tem-se assistido a fluxos e refluxos da luta operária. De 1949 a 1959, depois da expulsão dos comunistas do CIO houve um refluxo da luta operária ao mesmo tempo que a repressão capitalista se abatia. A fusão da AFL e do CIO em 1955 marca a submissão do CIO e a destruição da militância da sua base.

Dá-se uma viragem na luta das massas operárias em 1959, com a greve de 4 meses dos trabalhadores da indústria do aço contra condições de trabalho. Esta greve marca a vontade das massas operárias em retomar a condução da sua própria luta.

O período de 1959 a 1971 foi essencialmente dominado pela rebelião das massas trabalhadoras: violência armada dos mineiros de Kentucky em 1963; rebelião dos bairros negros em torno de reivindicações dos trabalhadores negros, começando com o levantamento revolucionário de Harlem, bairro negro de Nova York em 1964; a unidade dos trabalhadores negros e brancos na greve dos estaleiros navais de Newport News; a vitória sobre a medida repressiva de congelamento de salários imposto pelo governo (liberal) capitalista de Kennedy/Johnson, obtida pelos grevistas dos transportes públicos em 1966 e mais tarde, nesse mesmo ano, pelos trabalhadores contra a vontade do próprio sindicato vendido aos patrões, e assim por diante até à grande greve selvagem (quer dizer: exterior aos sindicatos) dos trabalhadores dos serviços postais de 1971.

A classe dominante compreendeu em 1971 que os seus laços dos sindicatos eram incapazes por si só de controlarem as lutas dos trabalhadores e que se tornava necessária a directa intervenção governamental. Começam os congelamentos de salários (Agosto de 1971) ao mesmo tempo que se «diversifica» a política dos sindicatos: por um lado os anti-comunistas feroces, do outro lado, os mais «liberais».

A TACTICA DA BURGUESIA

No sistema de ditadura democrática burguesa dos EUA o direito à greve existe apenas quando os supostos «intermediários» entre as massas trabalhadoras e a classe capitalista são as grandes federações sindicais (como por exemplo a AFL-CIO) e sindicatos seus associados. Estes defendem ob-

jectivamente os interesses dos patrões e de um grupo privilegiado de trabalhadores contra as grandes massas operárias.

Num momento em que os imperialistas dos EUA enfrentam uma crescente revolta dos trabalhadores de todo o mundo, eles procuram amordaçar a classe trabalhadora no seu país ao mesmo tempo que os ataques entre os trabalhadores de todo o mundo. Os imperialistas americanos servem-se de duas armas para dividir a classe trabalhadora internacional: o racismo e o nacionalismo.

Com o racismo, os imperialistas americanos pretendem dividir os trabalhadores nos diferentes países com base na defesa do «interesse nacional» (isto é, dos interesses capitalista de cada país), numa época em que as multinacionais capitalistas dominam o mundo e em que os trabalhadores de todos os países são igualmente explorados pelo capitalismo internacional dominado pelos grandes monopólios imperialistas (sobre este assunto, ver o artigo publicado no primeiro número de A Nossa Voz dos operários da Tí-mex).

OS SINDICATOS REFORMISTAS SÃO UM INSTRUMENTO DA BURGUESIA

É de notar que as direcções sindicais colaboram activamente na expansão imperialista dos EUA ao mesmo tempo que no seu país negociam com os capitalistas num boicote sistemático das reivindicações e lutas das grandes massas trabalhadoras. Numerosos exemplos se poderiam encontrar do colaboracionismo entre os vendidos das hierarquias sindicais e a CIA (polícia secreta americana) no controle das lutas da classe trabalhadora noutros países.

No interior dos EUA, as direcções sindicais procuram canalizar para o reformismo o crescente descontentamento e rebelião da classe trabalhadora. Um exemplo foram as eleições presidenciais de Novembro de 1972, em que os da «linha dura» anti-comunista defendem uma «neutralidade» face a Nixon, enquanto os «liberais» apoiam a candidatura de Mc Govern, agente da altíssima finança, tentando fazer crer aos trabalhadores que a resolução dos seus problemas de classe dependia de votarem num ou noutro destes representantes da burguesia.

A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA OS SINDICATOS REFORMISTAS

Mas estas manobras das direcções sindicais e do patronato vão sendo sucessivamente denunciadas na luta pelas massas trabalhadoras.

Um exemplo recente foi a greve com ocupação numa das fábricas da Chrysler Corporation (automóveis) no verão de 1973. Esta fábrica emprega uma maioria de trabalhadores afro-americanos. Os salários são muito baixos, as condições de trabalho extremamente deficientes e a repressão aos trabalhadores no local de trabalho é feroz. Após o despedimento de 2 operários envolvidos na organização dos seus camaradas de trabalho, os trabalhadores entram em greve com ocupação que se mantém por cerca de 3 dias consecutivos, reunindo-se em assembleias constantes e formando piquetes de greve, enquanto no exterior da fábrica trabalhadores desta e de outras fábricas faziam propaganda da luta e organizavam brigadas de apoio e defesa da greve. Durante estes dias, os dirigentes sindicais reformistas procuraram dividir

a unidade de classe dos trabalhadores brancos e negros através do racismo e também quebrar a militância dos trabalhadores apelando continuamente para a negociação com os patrões em termos que representavam cedências muito importantes das reivindicações dos trabalhadores em greve. Face a isto, os operários denunciaram as manobras da direcção sindical e rejeitaram categoricamente ceder em qualquer das suas reivindicações.

Perante a força dos operários em greve e a solidariedade de classe dos trabalhadores de outras fábricas, os capitalistas juntamente com os dirigentes sindicais reformistas desencadeiam medidas fascistas de repressão à greve usando para isso, na fase final da luta, grupos terroristas da organização de extrema direita Klux Klux Klan (KKK) que espantaram selvaticamente operários dos piquetes de greve, sendo depois auxiliados pela polícia local que, após horas de luta, conseguia expulsar os trabalhadores que ocupavam a fábrica.

A violência desta luta foi um elemento importante para consolidar nos trabalhadores americanos o seu espírito de combate ao patronato e aos sindicatos reformistas.

Seja quem for que esteja no governo dos EUA, Nixon, Mc Govern, Kennedy ou qualquer outro representante da classe capitalista, numa forma ou de outra os salários continuam a ser congelados, o aumento insuportável do custo de vida continua, as condições de trabalho pioram constantemente, a repressão violenta às lutas operárias continua. A luta dos trabalhadores americanos de todas as raças e nacionalidade é a luta dos trabalhadores do mundo inteiro contra a exploração capitalista e imperialista.

PELA SOLIDARIEDADE ACTIVA E MILITANTE ENTRE OS EXPLORADOS EM PORTUGAL E OS EXPLORADOS AFRICANOS

OS CABO-VERDEANOS EM PORTUGAL

Presentemente encontram-se em Portugal cerca de uma centena de milhares de trabalhadores africanos, na sua grande maioria de Cabo Verde.

QUEM SÃO? O QUE FAZIAM NA SUA TERRA? PORQUE EMIGRARAM?

O QUE A SEGUIR EXPOMOS E DENUNCIAMOS É O RESULTADO DE CONVERSAS COM TRABALHADORES CABO-VERDIANOS EM VÁRIOS PONTOS DE LISBOA E ARREDORES.

Em Cabo Verde eram, quase todos, pequenos camponeses que viviam daquilo que o seu bocado de terra lhes dava. Cultivavam, de uma maneira geral, milho, eijão, batata, tinham a sua riação e, semanal ou quinzenalmente, iam à feira mais próxima para a sua povoação vender parte do produto da terra e comprar aquilo de que mais necessitassem: vestuário, calçado, etc.

Havia anos de boa colheita outros mais fracos, mas lá iam vivendo, apesar das precárias condições de existência, próprias de um regime colonial.

Dizem esses camaradas cabo-verdianos, que são quase todos analfabetos, que só ultimamente começaram a haver mais escolas no interior das ilhas e que, mesmo assim, muitas vezes não podem mandar os filhos à escola, porque precisam da sua ajuda para trabalhar nos campos e o linheiro mal chega para a alimentação.

As condições sanitárias são quase inexistentes, o acesso às ilhas ou cidades mais próximas extremamente difícil.

Vivendo nessas condições em períodos considerados normais, quando as secas se abatem sobre o arquipélago, vêm a sua situação extremamente piorada. Ileguem-se as fomes, as doenças a única solução é a emigração. Dantes eram levadas grandes massas de trabalhadores cabo-verdianos para trabalharem nas obras dos colonos portugueses em S. Tomé o que contribuía para «acalmar a situação» em Cabo Verde e avolumar as contas bancárias dos colonos, em Portugal.

Esta última seca já dura há sete anos. A princípio, esperava-se que o ano seguinte fosse melhor, esses pequenos camponeses, que já não podiam viver da terra, iam para as estradas onde, apesar dos salários baixíssimos — de 20 a 50 escudos diá-

rios — se encontravam junto da família e dos amigos.

Mas como as chuvas não vinham, as condições de existência tornaram-se insuportáveis, pois não tinham disponibilidades económicas para fazer furos e adquirir as bombas como fazem os médios proprietários a quem as secas dão muito menos prejuízos, porque a água não falta.

É então que a emigração para Portugal, embelezada pelos agentes do colonialismo numa altura em que a mão-de-obra aqui escasseava, lhes aparece como única solução para a sua situação desesperada.

O primeiro problema que se lhes põe é arranjar o dinheiro para a viagem, sendo normalmente obrigados a pedi-lo emprestado aos comerciantes da terra a quem terão de o pagar com um juro de 100 %, salvo quando, graças ao seu «bom comportamento» o conseguem através do senhor padre a um juro de cerca de 75 %.

O QUE OS ESPERARA EM PORTUGAL

Em Portugal, sem quaisquer condições de subsistência asseguradas, dependem essencialmente dos seus companheiros para arranjar meios provisórios de subsistência, numa terra que lhes é totalmente desconhecida.

Com a situação geral de desemprego agravada e sem informação sobre possibilidades de emprego, muitos trabalhadores ficam vários meses desempregados. Por outro lado, os trabalhadores Cabo-Verdianos só conseguem ser aceites para os empregos mais mal pagos e com piores condições de trabalho.

É sobretudo na construção civil, nas minas e nos serviços camarários (serviços de limpeza) que os trabalhadores cabo-verdianos estão empregados, em

condições de salário, trabalho e habitação miseráveis.

Tanto a indústria de construção civil como a indústria mineira estão vitalmente dependentes de uma mão-de-obra a preços muitíssimo baixos que, em más condições técnicas de produção, permite aos grupos capitalistas exploradores grandes lucros. E com base nos salários de fome dos trabalhadores, sobretudo cabo-verdianos, que as pequenas e médias empresas nestas indústrias, podem subsistir e que as grandes empresas podem crescer constantemente mantendo lucros muito elevados.

Realizando o trabalho mais mal pago e em piores condições, em sectores mais afectados pelo agravamento de crises económicas e sendo emigrantes, os trabalhadores cabo-verdianos são os primeiros a ser despedidos. Nas minas, muitos após curtos períodos de trabalho, ficam gravemente doentes tendo de se ausentar do trabalho. Os patrões pagam então um salário ridículo de alguns escudos por semana o que representa um verdadeiro insulto à classe trabalhadora.

Sujeitos à sobre-exploração feroz do colonialismo antes da emigração, os trabalhadores africanos continuam em Portugal a ser sujeitos à mesma sobre-exploração, além de viverem novas condições de opressão, tais como o afastamento durante longos anos das suas famílias, a dependência total, para subsistir, dos salários de fome e o isolamento em que são forçados a viver em barracões separados dos outros trabalhadores tanto portugueses como africanos.

Após a emigração, os familiares mais próximos dos emigrantes que tenham ficado em Cabo Verde, encontram grande dificuldade em conseguir emprego. De facto os patrões não lhes dão emprego se souberem que um membro da família é emigrante. Por outro lado, as condições de vida a que estão sujeitos são tão más que tornam impossível para a maioria viverem aqui com as suas famílias.

Vivem em barracões (de 8 a 50 e mais pessoas) onde quase só existe espaço para as camas e beliches.

Nalguns casos as camas são caixotes cobertos com sacos,

noutros não existe luz eléctrica. Em todos, as instalações sanitárias são praticamente inexistentes.

Nos barracões onde são forçados a passar a maior parte das horas «livres», não há espaço para reuniões de convívio, não há praticamente janelas e as construções são tão más que deixam entrar a chuva, sendo muito frias no Inverno e muito quentes no Verão.

Estas camaratas são construídas perto dos locais de trabalho muito distanciadas umas das outras e isoladas das outras habitações. Em alguns barracões dos trabalhadores da construção civil em Lisboa os patrões proibem-nos de os abandonarem após as 10 horas da noite até ao recomeço do trabalho no dia seguinte.

A maioria dos patrões proibem-nos de utilizarem os barracões para reuniões com companheiros de outros locais, ou de dar alojamento a aqueles que chegam de Cabo Verde. Além de serem os primeiros a ser despedidos em caso de despedimentos maciços, os trabalhadores cabo-verdianos são também sujeitos a uma repressão racista sistemática por parte dos patrões. Nas palavras de um trabalhador emigrante: **no outro dia, um colega meu foi despedido por beber durante o trabalho; outros, porque andreitam as costas por poucos minutos para descansar depois de estarem muitas horas curvados a trabalhar; por coisas como estas os patrões põem-nos logo na rua.**

Desde o 25 de Abril, diz outro trabalhador: **os patrões dizem-nos, se querem a independência então vão trabalhar para Cabo Verde.**

Estes ataques fascistas e racistas dos patrões aos trabalhadores africanos, aumentam à medida que as massas trabalhadoras nas colónias e em Portugal avançam, de dia para dia, na luta contra os exploradores capitalistas e colonialistas.

Obrigando os trabalhadores ao isolamento dos outros camaradas de trabalho através da repressão sistemática os patrões querem dividir os trabalhadores brancos e negros e os trabalhadores negros entre si.

As entidades patronais man-

têm secretos os montantes dos salários aos trabalhadores africanos, que só sabem quanto ganham quando recebem o salário depois de descontados os impostos (quota sindical, fundo de desemprego, etc.). Ao fazer isto, os patrões podem não só roubar os trabalhadores a seu bel-prazer, como pretendem criar divisões entre companheiros de trabalho, fazendo-lhes crer com os salários secretos que existe um contrato individual entre cada trabalhador e o patrão. «Contrato» em que o patrão tem todo o poder de decisão, uma vez que impõe ao trabalhador um salário que este desconhece, além de esconder também todas as informações sobre os sindicatos, os direitos dos trabalhadores, etc.

Depois do 25 de Abril a grande maioria dos trabalhadores africanos não são avisados nem mobilizados para as reuniões sindicais onde as suas reivindicações e problemas pudessem ser ouvidos. Por isso, as diferenças de salários entre trabalhadores brancos e negros são muito grandes na quase totalidade das empresas e os patrões continuam assim a sobre-exploração dos trabalhadores cabo-verdianos, boicotando todas as suas possibilidades reivindicativas e de organização.

Esta situação não é exclusiva dos emigrados cabo-verdianos em Portugal. Ela compara-se, por exemplo, à dos portugueses, argelinos, espanhóis, etc., em França ou noutros países. Estes encontram aí, também os piores empregos, as piores condições de trabalho, salários de miséria e condições infra-humanas de habitação e subsistência. Contra eles também usam os patrões o racismo, como arma divisiva da classe trabalhadora o que lhes permite arrecadar avultados lucros.

As manobras de divisão dos patrões são um ataque a **TODOS os trabalhadores; a sobre-exploração dos trabalhadores africanos só aproveita aos capitalistas.**

Perante os ataques racistas e colonialistas dos exploradores aos trabalhadores africanos emigrados em Portugal, as massas trabalhadoras só podem responder com a **UNIDADE DE CLASSE na luta contra a exploração.**

ANGOLA: LUTA CONTRA O COLONIALISMO E O NEO-COLONIALISMO

Enquanto em Moçambique, por exemplo, a Junta de Salvação Nacional e o Governo Provisório prosseguem uma política neo-colonial, em Angola procuram prosseguir uma linha colonialista tradicional.

Assim, o novo governador de Angola, que já desempenhara esse cargo nos anos sessenta, é um indivíduo da extrema-direita salazarista. Em Angola, o governo provincial não sofreu a transformação neo-colonial que se verificou noutras colónias e permanece sob o controle dos mais ferozes colonialistas, que dominam também a generalidade dos meios de informação.

Em Angola, a repressão não só continua como, em certos aspectos, aumentou. Os colonos brancos, com o apoio das autoridades, organizam dois exércitos secretos, um no Sul e outro no Norte, com o objectivo de prosseguir a luta contra o movimento anti-colonialista e anti-imperialista do povo angolano.

A revolta dos soldados contra a guerra leva os colonos brancos a organizarem-se militarmente e a pensarem em lutar independentemente do exército.

Além disto, as forças especiais do exército, que reúnem os elementos mais reacçãoários, aumentaram os atentados bárbaros contra os trabalhadores angolanos. Nalguns casos, esses atentados consistem em atirar granadas para o interior dos miseráveis bairros dos trabalhadores negros. Estes e outros actos criminosos, como o de sabotar o abastecimento de água aos bairros negros, etc., fazem parte do plano de actualização dos colonos, que tentam atemorizar os trabalhadores angolanos.

A situação actual em Angola é, pois, de uma aguda luta de classes, em que os colonos ultra-reacçãoários, apoiados pelo governo democrático-colonialista de Lisboa, tentam desesperadamente lutar contra a vaga crescente do povo angolano. O movimento revolucionário em Angola, com a luta armada nas zonas rurais e com o grande surto grevista nas zonas urbanas e industriais, triunfou face aos seus miseráveis inimigos, sejam eles os colonos ultrafascistas ou os neo-colonialistas da Junta e do Governo Provisório.

Nestas condições, um imperioso dever

de todos os trabalhadores portugueses é o de reforçarmos o nosso apoio à luta revolucionária dos trabalhadores de Angola e de todas as outras colónias. Uma das formas desse apoio consiste em divulgar o que se passa em Angola, em dar conhecimento das actividades criminosas do colonialismo apoiado pelo neo-colonialismo do Governo Provisório e da Junta, e em divulgar a organização revolucionária dos trabalhadores e do povo angolano na sua luta.

É neste sentido que transcrevemos aqui parte das propostas aprovadas numa reunião anti-colonial realizada em Luanda de 11 a 15 de Junho. As propostas e as moções aprovadas nessa reunião foram enviadas a todos os órgãos de informação portugueses; mas a censura interna feita pelos capitalistas proprietários dos jornais e pelos seus servidores, bem como a censura governamental sobre a rádio e a televisão, impediram a sua divulgação. Quebrar a cortina de silêncio com que a burguesia tenta envolver a luta triunfante dos trabalhadores das colónias será um dos principais esforços deste jornal.

PROPOSTA

Reunidos em seminário sobre «Colonialismo e Neo-Colonialismo» os presentes em 15/5/74 na sede da Liga Nacional Africana, decidem o seguinte:

CONSIDERANDO:

- 1.º — Que o 25 de Abril em Portugal representa uma brecha decisiva aberta no seio do Colonialismo português;
- 2.º — Que, para o avolumar das contradições internas que conduziu a burguesia portuguesa a ter de se auto-determinar, foi preponderante a luta dos povos de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde e dos seus legítimos representantes (bem como do povo português, seu aliado natural, representado pelas suas organizações progressistas e anti-colonialistas);
- 3.º — Que, mais de um mês passado sobre o 25 de Abril é nítida e clara a intenção da junta que governa Portugal, de não conceder a independência total e imediata às suas colónias;
- 4.º — Que a liberdade da vida política em Angola não se realizou, uma vez que a abertura foi mínima e rigorosamente controlada, mantendo-se as estruturas repressivas fascistas como a PIDE-DGS, e outras;
- 5.º — Que urge romper o actual bloqueio, em todas as direcções possíveis e utilizar a margem de manobra consentida na actual situação, alargando-a progressivamente, de modo a tornar mais efectivo o trabalho de todos os que lutam pela independência total e imediata de Angola (e dos outros povos submetidos ao jugo colonialista português);
- 6.º — Que este trabalho se torna urgente dadas as visíveis e reais intenções do colonialismo português (e do imperialismo em geral) em não abdicar das posições de privilégio que ocupa, as quais são a verdadeira causa da exploração e miséria do povo;
- 7.º — Que o 25 de Abril e a recente evolução dos acontecimentos em Angola e Portugal nos devem pôr de sobreaviso no sentido

de que esta não representa para os povos angolano, moçambicano, guinéu, cabo verdiano e também português, mais do que um importante salto em frente na sua luta pela libertação e total independência;

8.º — Que as burguesias portuguesa e angolana, agentes do imperialismo, são o verdadeiro inimigo do povo;

9.º — Que os órgãos de comunicação social se encontram nas mãos da burguesia colonialista, agora, em desespero de causa, tentando descaradamente uma via neo-colonial;

10.º — Que urge combater este estado de coisas, através de uma correcta acção de apoio ao povo angolano;

PROPÕE-SE:

- 1.º — A criação de Grupos de Estudo e Trabalho Anti-Colonial de Angola, integrando todos aqueles que pelas vias do estudo, do trabalho concreto e da acção directa estão dispostos a colocar-se ao lado dos camponeses e operários de Angola e dos seus legítimos representantes, na sua luta pela libertação e pela independência total e imediata;
- 2.º — Que as funções principais da G.E.T.A.C.A. consistam em:
 - a) — Romper o bloqueio imposto ao movimento popular pela arbitrariedade repressiva dos agentes da burguesia, através da edição de textos, jornais, realização de reuniões de estudo e culturais, comícios de esclarecimento, implantação de núcleos nas escolas, nos locais de trabalho e outros pontos de reuniões da população, sempre que tal seja possível;
 - b) — Desenvolver uma análise da situação actual e das perspectivas novas que se abrem a uma acção de esclarecimento político da população, incluindo o desmascaramento dos activistas novos e antigos que aliando-se à burguesia colonialista tentam em desespero de causa atrelar-se à última carruagem do comboio colonial;
 - c) — Aliar-se à legítima luta do povo angolano e dos seus legítimos

representantes em tudo quanto foi achado oportuno, no sentido de precipitar a derrocada do colonialismo e do imperialismo em Angola;

c) — Contactar e alertar os naturais aliados do povo angolano na presente situação no sentido de intensificar a ajuda aos seus legítimos representantes impedindo toda e qualquer manobra neo-colonialista, promovendo deste modo a unidade de todas as forças progressistas anti-imperialistas em torno deste objectivo;

e) — Tendo em vista o que precede, marcar para um dia da semana que vem, uma 1.ª REUNIÃO GERAL onde serão apresentadas propostas concretas de organização interna e acção, aceitando-se desde já sugestões e formando-se de imediato uma comissão organizadora.

CONSIDERANDO QUE:

- 1 — A luta travada pelo povo angolano em armas é justa e é a única forma eficaz de esmagar todas as formas de exploração;
- 2 — Todas as outras formas de luta política são um complemento importante da luta armada;
- 3 — O inimigo colonialista não desarma e tenta, por todos os meios, perpetuar a exploração do nosso povo e das riquezas da nossa terra;

PROPOMOS:

- 1 — Repúdio a todas as formas de independência fantoche.
- 2 — Um apelo a todas as forças progressistas no sentido de intensificarem a luta, por todos os meios e formas possíveis até à vitória final.
- 3 — Apoio incondicional à justa luta do heróico povo angolano, no seu combate libertador, dirigido pela sua vanguarda revolucionária o M.P.L.A.

A LUTA CONTINUA!

A VITÓRIA É CERTA!

PROPOSTA APROVADA POR ACLAMAÇÃO

MANIFESTO ANTI-COLONIALISTA

Sob o título de **50 anos de fascismo, 500 anos de colonialismo**, os «Grupos de Trabalho do CIC — Comité para a Independência Imediata e Incondicional das Colónias» editaram um manifesto aos trabalhadores portugueses do qual publicamos a parte final:

«O mesmo inimigo, o mesmo combate»

«O PAIGC, o MPLA e a FRELIMO sempre declararam que o seu inimigo não era o povo português, mas sim o colonialismo português. Os inimigos do povo e dos soldados portugueses não são os guerrilheiros africanos. Estes são nossos aliados, como o 25 de Abril o demonstrou. O 25 de Abril foi a derrota do exército colonial. Foi o resultado das vitórias dos Movimentos de Libertação e das lutas do povo português contra o capitalismo, o fascismo e o colonialismo. Mas não é só o 25 de Abril que mostra a convergência das nossas lutas. É também o que desde então se passa em Portugal e nas colónias.

«Em Portugal: grandes manifestações populares nas ruas das cidades, vilas e aldeias, numa vaga de lutas contra o fascismo, o capitalismo e o colonialismo. A maior vaga de greves da nossa história mostra a decisão e a capacidade de luta da classe operária, apesar dos insultos e dos lamentos dos reformistas. São as greves na electrónica, nos têxteis, nas confecções, na metalurgia, na química, nos transportes colectivos, etc. São as greves da Timex, da Messa, da Lisnave, da Sandoz, da Sacor do Porto e tantas, tantas outras. São também os assalariados rurais e os camponeses pobres, sobretudo no Alentejo. São os estudantes, os empregados, os funcionários públicos. É a luta dos pescadores. É o combate dos soldados e marinheiros que se unem ao povo, lutando contra o militarismo e o colonialismo, é a resistência dos desertores e dos refractários, é ainda a resistência de oficiais revolucionários que desenvolvem uma luta anti-colonialista e anti-fascista consequente.

«Nas colónias: à luta armada pela libertação nacional, conduzida pelos Movimentos de Libertação, juntam-se as grandes lutas de massas nas cidades. Em Moçambique, Angola, Guiné e

Cabo Verde, realizam-se grandes manifestações de rua pela independência e contra a repressão. Ao mesmo tempo, uma enorme vaga de greves assinala a luta dos trabalhadores africanos (e, em certos casos, africanos e europeus) contra a super-exploração de que são vítimas, contra os salários de fome e a repressão: são as greves de estivadores, de ferroviários, de mineiros de carvão, de operários têxteis e outros, de trabalhadores dos transportes urbanos ou das plantações de açúcar. Que lição tirar desta situação? Que o inimigo é o mesmo e que, contra o mesmo inimigo, o mesmo combate!

«Como fazer?»

«Os povos das colónias, ao lutar pela sua libertação, lutaram também pela nossa liberdade. É a altura de, também nós, a lutar pelo socialismo, contribuirmos para a total libertação dos povos das colónias. Melhor que ninguém, a classe operária saberá tomar, em Portugal, a vanguarda da luta pela destruição do colonialismo e do racismo, pela independência das colónias e pela amizade entre os povos.

«Unidade de acção de todas as organizações, de todos os militantes decididos a travar uma luta anti-colonial consequente, a lutar pela independência imediata e incondicional das colónias!

«Todos, acabemos com os silêncios cúmplices. Denunciemos as manobras neo-colonialistas e imperialistas.

«Todos, organizemos comités de apoio à luta dos povos das colónias, na fábrica e no campo, nos quartéis, nos bairros e nas escolas.

«Todos, organizemos comícios e reuniões de esclarecimento. Levante-se a questão da guerra e do colonialismo em todas as reuniões de trabalhadores, nos jornais de fábrica, nas manifestações e nas greves.

«Todos, organizemos a solidariedade activa e militante, construindo por sobre o sangue e a opressão a amizade entre o povo português e os povos africanos.

«Todos, pela independência imediata e incondicional das colónias!

«UM POVO QUE OPRIME OUTROS POVOS NÃO PODE SER UM POVO LIVRE.»

CONTRA AS MANOBRAS DOS REACCIONÁRIOS

UNIDADE COM OS TRABALHADORES DOS CTT

(Continuação da pág. 1)

mais clara a compreensão de todo este processo:

a) Qual a razão porque «O Século», afirmou, em título, que «A greve de zelo cria dificuldades ao Governo», afirmação falsa pois essa greve de zelo nunca existiu?

b) Porque, o locutor de serviço da E. N. quando perante um comunicado emanado da Comissão Pró-Sindicato, com pedido de transmissão, o começou imediatamente a censurar?

c) Porque é que o Governo se esque-

ceu de informar que os trabalhadores dos CTT sempre afirmaram que os cadernos reivindicativos apresentados eram negociáveis, o que se demonstra com a retirada da reivindicação das 35 horas semanais, aceitando o horário de trabalho da lei geral a ser promulgada?

d) O Governo que tanto clama contra as «greves selvagens» porque escondeu do público que a greve dos trabalhadores dos CTT teve um período de pré-aviso?

e) Porque continua a não negociar o 2.º caderno reivindicativo dos trabalhadores dos CTT e impõe a sua contra-proposta de 21 de Junho, escamoteando

que nele os pontos mais importantes dizem respeito ao saneamento e ao controlo da política de pessoal pelos trabalhadores, continuando a responder na base de um pretensível caderno reivindicativo meramente salarial?

f) Porque é que nem o Governo nem o MDP ou o «PCP», organizações que se mostram tão empenhadas na reconstrução da economia (dos patrões), não só tentam sabotar na prática esta luta, como tentam esconder a grande vitória alcançada pelos trabalhadores dos CTT, expressa na sua grande unidade e solidariedade activa?

TANSCREVEMOS O COMUNICADO N.º 25 DA CPS DOS TRABALHADORES DOS CTT, DE 29/6, QUE ENVIADO PARA TODOS OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO AINDA NENHUM PUBLICOU (títulos e sublinhados do «Combate»):

«Continua a abater-se sobre nós, os trabalhadores dos CTT, uma grande campanha de calúnias; continua persistentemente a ser deturpado o verdadeiro sentido da nossa luta; continuam a ser miseravelmente deturpados os factos, de modo a virar contra nós a opinião pública, a virar contra nós os outros trabalhadores, de modo a tentar lançar a dúvida e a confusão entre nós, de modo a tentar isolar a Comissão Pró-Sindicato dos trabalhadores.

«Diariamente recebe esta Comissão centenas de telefonemas e telegramas de todo os pontos do País em que os trabalhadores dos CTT lhe demonstram o seu apoio, lhe comunicam a sua decisão de prosseguir unidos na luta que encetaram e lhes exigem constantemente que desmintam e denunciem as caluniosas afirmações lançadas contra a Comissão e contra todos os trabalhadores dos CTT. São estas vozes indignadas de trinta e cinco mil trabalhadores e o direito que consideramos ter o público de ser correctamente informado, as únicas razões que nos levam a vir agora, mais uma vez, desmentir as falsidades e insinuações lançadas contra nós. Lançadas contra nós pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do chamado Partido Comunista Português, organização que apesar de se afirmar partido dos trabalhadores e defensor dos seus interesses, mais se tem distinguido nesta campanha encarniçada contra a nossa luta; organização que, conhecendo certamente a realidade dos factos (pois essa realidade esteve sempre à vista de todosos trabalhadores dos CTT, entre os quais certamente tem militantes e dos jornalistas que nos têm procurado), os tem vindo a deturpar e falsificar nos seus comunicados, nos seus comícios, na sua imprensa e mesmo através dos outros órgãos de informação, por meio de artigos e declarações de membros ou simpatizantes seus.

«Vejamos pois alguns dos pontos mais importantes do comunicado da D. O. R. L. do chamado «PCP», saído nos jornais de 28-6-74:

1.º — Sobre a constituição da Comissão Pró-Sindicato afirma que ela é constituída por elementos surgidos após o 25 de Abril, em substituição dos trabalhadores que, há cerca de quatro anos, se batiam honesta e duramente pela criação de um Sindicato, dando a entender que os componentes desta Comissão não haviam realizado até então nenhum trabalho em prol dos trabalhadores.

Devemos esclarecer que, da Comissão Pró-Sindicato constituída há cerca

de quatro anos, apenas dois elementos se mantinham ainda na luta, uma vez que os restantes se foram afastando pelos mais diversos conditionalismos. Pois bem: esses dois elementos estão na base do trabalho de reorganização da Comissão Pró-Sindicato e fazem parte integrante da mesma.

Mas é evidente que uma Comissão que pretende organizar o trabalho sindical numa Empresa de trinta e cinco mil trabalhadores não pode funcionar com um número reduzido de elementos e por isso mesmo foi alargada para satisfação dos enormes problemas que todos os trabalhadores sentem. E foram os restantes membros da Comissão democraticamente escolhidos e ratificados pelos trabalhadores, tanto na reunião magna realizada a 5 de Maio no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, como em votação posterior a nível nacional, entre todos os trabalhadores.

2.º — Continua o «PCP» afirmando que a Comissão Pró-Sindicato «decidiu, nas costas da maioria dos trabalhadores dos CTT, desencadear uma greve». Porque será que considera o «PCP» que nunca será de mais repetir essa falsidade? Como já várias vezes afirmámos e a esmagadora maioria dos trabalhadores dos CTT o vem confirmando, foi a greve decidida pelos trabalhadores, numa ampla reunião de Delegados, por contactos telefónicos com alguns pontos do País que não se encontravam presentes e em Assembleias realizadas em muitos locais de trabalho. **NÃO FOI DECIDIDA PELA COMISSÃO PRÓ-SINDICATO.** Esta limitou-se a organizá-la, por incumbência dos trabalhadores. Ainda mais, esta greve foi decidida a 12 de Junho e foi ainda dado tempo, até ao dia 17, para que surgisse, por parte das entidades Governamentais uma contraproposta negociável.

«Ora isto sabe-o muito bem o «PCP», quanto mais não seja porque disso foi informado um membro do seu Comité Central que, antes de iniciada a greve, se deslocou às nossas instalações. Não percebemos pois porque se insiste na mentira, procurando impedir que todo o público se encontre verdadeiramente esclarecido.

3.º — Quanto ao abandono dos homens de maior isenção, pedimos à D. O. R. L. que nos informe quem eles são.

4.º — Refere ainda o comunicado várias acusações a indivíduos que trabalham nos CTT e que estariam altamente comprometidos com o fascismo.

Pois a CPS agradecerá imenso que lhe fossem facultados esses nomes,

com as respectivas provas, a fim de se juntarem a outras já na sua posse, para acelerar o devido saneamento...

Temos ainda a dizer que vários e destacados elementos ligados ao fascismo se opuseram activamente à greve.

5.º — Diz ainda a D. O. R. L.: «Trabalhadores dos CTT! E de vós e unicamente de vós que depende a aceitação da proposta governamental! Que em todas as estações se façam amplas reuniões de trabalhadores e que aprovechem moções aceitando a proposta do Governo».

Pois apenas temos a dizer que na esmagadora maioria dos locais de trabalho se realizaram já amplas reuniões de trabalhadores, reuniões em que a proposta do Governo foi rejeitada em massa.

Entretanto, os mesmos trabalhadores aprovaram novo caderno reivindicativo, que já foi entregue.

«Apenas vimos aclarar alguns pontos fundamentais, pois a lista de mentiras e calúnias é longa.

«Tem, no entanto, a Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores dos CTT outras tarefas mais urgentes e importantes do que entrar em polémica com organizações políticas. Nunca foi essa a nossa intenção e esperamos que não nos continuem a obrigar a ocupar o nosso tempo em tais respostas. Para isso basta que as organizações políticas que, por quaisquer razões se opõem à nossa luta, o façam honestamente, não usando, para isso, de calúnias e falsificações dos factos que poderão ter algum efeito na opinião pública, mas que, na realidade, reposta a veracidade dos factos — e a verdade acabará sempre por vir ao de cima e vencer — só contribuirão para o descrédito de tais organizações.

«Mais uma vez afirmamos que se respondemos à Direcção do chamado «PCP», o fazemos por ele ter sido até agora o porta-estandarte da luta que nos é movida, a principal força que apoiou a ofensiva contra nós, trabalhadores.

«A principal tarefa desta Comissão é desenvolver o trabalho sindical, a luta unitária dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e necessidades, a constituição e organização do nosso Sindicato.

«Nestas tarefas continuará o seu trabalho, apoiada pela esmagadora maioria dos trabalhadores, passando por cima das provocações e ataques que poderão defender alguns interesses, mas que não serão certamente os dos trabalhadores.»

GREVE NA MABOR

COM BASE EM INFORMAÇÕES RECOLHIDAS REDIGIMOS A SEGUINTE INFORMAÇÃO

No dia 30 de Maio às 21 horas os operários da Mabor decidiram e entraram em greve, única forma que aceitaram como válida para impor as reivindicações que haviam feito à administração.

Já antes do dia 2 de Abril o descontentamento era grande e traduzia-se em quebras de produção e recusa de execução de qualquer tarefa que saísse do âmbito restrito das funções estabelecidas no Contrato Colectivo de Trabalho.

No dia 12 de Maio foi apresentado à administração da Mabor, um caderno reivindicativo que passou a ser debatido entre a Comissão da Empresa, por parte dos operários, e um representante da empresa. Após várias reuniões com o delegado da administração, esta apenas cedeu em alguns pontos mantendo uma atitude intransigente em relação aos outros. O aumento que a administração pretendia dar aos operários traduzia-se em que a diferença de salários entre os mais bem pagos e os mais mal pagos seria ainda maior.

Os operários indignados e totalmente em desacordo com esta decisão da administração, fizeram questão em comunicar-lhes clara e inequivocamente qual era a sua posição, avisando-a que «não deveria fazer os aumentos assim».

OS OPERARIOS ORGANIZAM-SE

No dia 30 de Maio 750 operários químicos iniciaram uma greve.

Os grevistas ocuparam a fábrica, organizando-se em piquetes de vigilância e protecção das instalações e material fabril. Dividiram-se em três turnos que se revezam sucessivamente durante 7 dias da semana.

A DIVISÃO DOS OPERARIOS É APROVEITADA PELA ADMINISTRAÇÃO

Alguns capatazes e trabalhadores mensais — «os casacos amarelos» — tentaram dividir e semear a confusão nos gre-

vistas. Imediatamente os operários compreendendo a traição destes expulsaram-nos das instalações fabris.

Entretanto os operários metalúrgicos não se solidarizando com a greve permaneceram em casa não participando na sua organização. No dia 4 telefonemas anónimos convocaram os trabalhadores não solidários com a greve para uma concentração junto à fábrica onde foram incitados a entrar pela força contra os seus colegas grevistas. Só a acção de operários conscientes impediu a consumação deste crime.

OPERARIOS DE FABRICAS VIZINHAS TOMAM POSIÇÃO

Atitude diferente tomaram os trabalhadores do sindicato de hotelaria (cerca de 8) que se solidarizaram com os seus colegas.

Também os operários da ITA e DAP, fábricas vizinhas da Mabor e também pertencentes ao grupo Borges & Irmão, apoiaram os seus camaradas permanecendo durante algum tempo em greve. Também aqui a administração tentou dividir os operários, assegurando-lhes que as «regalias» concedidas à Mabor ser-lhes-iam extensíveis.

A SOLIDARIEDADE ESPALHA-SE A OUTRAS FABRICAS DO PAIS ONDE OS OPERARIOS CONTRIBUEM COM UM DIA DE SALARIO

A administração tentou a manobra de vencer pela fome os trabalhadores em greve. No dia 7 de Junho, dia normal de pagamentos, os salários não foram distribuídos.

Entretanto os operários da SACOR — Porto, solidarizando-se com os seus colegas contribuíram com um dia do seu salário. Também de outros pontos do País, nomeadamente de Lisboa, se têm recebido quantias que permitem que os operários da Mabor possam prosseguir a sua luta ajudando a impedir o sucesso das manobras reaccionárias da administração.

No dia 2 de Junho os operários em greve fizeram uma manifestação no Porto dando a conhecer a sua luta que a imprensa burguesa tem silenciado.

ELEIÇÕES NO SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

Num momento em que a grande maioria das direcções sindicais segue uma linha reformista de submissão aos interesses da burguesia, tem muito interesse para todos os trabalhadores o conhecimento do programa da Lista A do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul. Esse programa, do qual seguidamente transcreveremos duas passagens, rompe claramente com a linha reformista.

«1.º O QUE PROPOMOS COMO DIRECÇÃO

Camaradas:
Estamos conscientes do que serão as dificuldades para a aplicação prática e defesa intransigente dos princípios que referimos atrás, mas estamos também conscientes, que a sua aplicação é condição indispensável e única, para a defesa dos interesses fundamentais de todos os filiados do nosso Sindicato.

Assim, tendo em consideração que o nosso programa, será aplicado num período de transição do fascismo para a democracia (?) burguesa, e não esquecendo, que essa transição, não foi conseguida através de uma revolução que necessariamente educaria mais os trabalhadores explorados, mas antes, através dum golpe de estado militar por parte duma facção da burguesia contra outra da mesma burguesia,

logo, este período, não será suficiente para esclarecer quais os processos mais correctos de acção conjunta a nível de fábrica e de sindicatos, tendo como objectivo, a unidade de todos os trabalhadores explorados na luta contra os exploradores.

«2.º UNIDADE DE ACÇÃO COM OUTROS SINDICATOS

Como é evidente, o caminho da unidade passa necessariamente pela demarcação, isto é, só ao fim de definirmos o que cada um diz defender (pois a prática o provará), e de definirmos os objectivos que nos propomos atingir e, admitindo que os objectivos são idênticos, nós poderemos definir, os métodos de colaboração que levarão à unidade de todos os trabalhadores explorados neste caso, através dos seus respectivos sindicatos, queremos-nos referir, a todos os sindicatos e não só àqueles que actualmente fazem parte da intersindical).

Queremos agora referir, que o nosso sindicato faz actualmente parte da intersindical, mas segundo informações, não tem havido grande colaboração por desacordo de método ou, na pior das hipóteses, de linha sindical.

Julgamos importante referir já nesta altura, que nós temos uma opinião referente à intersindical que necessariamente se refere à sua actual linha de orientação

que, na nossa opinião, é abertamente uma linha de colaboração de classes, que entra em contradição com os princípios que nós expusemos e defendemos.

Atendendo no entanto que não pretendemos que nos acusem de divisionistas e demagogos, nós definimos os pontos em que estamos (neste momento) em desacordo com a intersindical):

1.º — Discordamos dos seus regulamentos pois condiciona a entrada a qualquer sindicato, sem definir quais e em que circunstâncias, logo, como consequência, contribui para a divisão dos sindicatos e dos trabalhadores. Pois, concretamente só poderão aderir aqueles que à priori aceitem a linha da intersindical!... «Esquecendo» assim uma recomendação de um grande dirigente operário — LENINE — que nos ensinou e a História provou, que um sindicato como organização primária da classe operária, deve estar aberto a todos os operários e trabalhadores explorados independentemente da sua crença religiosa ou filiação política.

2.º — Discordamos abertamente, de algumas tomadas de posição em relação a greves, que dizem ser fomentadas pelo fascismo e pela reacção, não dando porém qualquer prova irrefutável mas antes, condenam todas as greves que são decididas sem a sua colaboração ou o seu consentimento. «Esquecem-se» assim, doutro grande ensinamento do maior dirigente da Classe Operária (MARX), que nos ensinou, o

dever de apoiar todas as lutas operárias, ainda que sejam decididas contra a nossa opinião e mesmo depois da nossa advertência pois, embora devamos defender o que julgamos mais justo, o mais importante é a solidariedade de classe. Aliás, foi através da luta e continuará a ser, com derrotas mas também com vitórias, que a Classe Operária aprendeu a dirigir não só greves e sindicatos mas concretamente um país, e aprende também, a reconhecer quem são os seus verdadeiros amigos (aliados) e defensores.

3.º — Não aceitamos o silêncio que tem havido por parte da intersindical, que diz representar à volta de 90 sindicatos, logo, representar quase todos os sectores de actividade, e quando há milhares de despedimentos (isto sim, manobras da reacção) não houve a iniciativa de protestar publicamente se não até, apelar para a solidariedade de todos os sectores. Não devemos ainda esquecer, que quando um operário é despedido é um atentado contra toda a Classe Operária e consequentemente, mais uma família que ficará na miséria, pois a nossa única riqueza, é a força de trabalho que vendemos diariamente mas que, forçosamente, também nos dará uma força tal que quando unida e bem dirigida, esmagará todos os exploradores, enquanto que tal, e nos emancipará.

Comícios da Lista A do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas do Sul

Dia 4 — Baixa da Banheira — 21.30 horas, no Ginásio Atlético Clube.
Dia 5 — Alverca — 21 h, na Delegação Sindical dos Químicos.
Dia 6 — Arruda dos Vinhos — 16 h, no Clube Recreativo Arrudense.
Dia 7 — Évora — 16 h, em local a designar.
Dia 8 — Setúbal — 18.30 h, em local a designar.
Dia 9 — Moscavide — 21 h, no Sindicato dos Lanificios.
Dia 10 — Lisboa — 21 h, em local a designar.

4.º — Discordamos por fim do apoio que têm dado, e dos apelos que têm feito para dar apoio ao Governo Provisório, quando afinal este, o mais que fez pelos trabalhadores foi decretar uma salário mínimo de 3300\$00, o qual, independentemente de nós reconhecermos ser insuficiente, o que mais nos revolta, é que a sua aplicação (?) tem levado a milhares de despedimentos e o Governo, nem só uma vez exigiu a sua aplicação ou decretou sanções para quem não aplicasse tal medida.

Mais ainda, quando os trabalhadores decidem fazer greve por aumentos de salários e melhores condições de trabalho a intersindical condena abertamente essa greve dizendo que, na maioria dos casos, as greves arruinam a economia nacional «esquecendo-se» de referir, que se os actuais salários continuassem por mais tempo nos levariam progressivamente à morte.»

A LUTA NOS BAIRROS CAMARÁRIOS DO PORTO

O Movimento dos Bairros Camarários do Porto é hoje uma realidade que se impôs por si. Comícios, assembleias, reuniões inter-delegações, confrontos entre o Movimento e a Câmara, tentativas por parte do M. D. P. para controlar o Movimento, declaração de independência por parte do Movimento face aos partidos (o MDP é considerado um partido), milhares de pessoas envolvidas num processo cuja principal originalidade é a decisão com que os trabalhadores habitantes desses bairros caminham com os próprios pés.

O Movimento pode dizer-se que teve início no dia 30 de Abril, muito embora a luta tivesse sempre existido contra a Câmara fascista. Em 30 de Abril, a partir da abertura de alguns Centros Sociais até aí encerrados à população pela Câmara — e cuja abertura era reivindicada por algumas Assistentes Sociais progressistas —, elementos dos mais activos da população desses bairros resolveram reunir-se. Reunir-se, discutir com alguns elementos exteriores ao bairro a situação geral do País, e, a partir da confirmação das ideias que espontaneamente tinham já formado acerca da existência de condições favoráveis, tomar a decisão de avançar, foi obra de momento. E foi obra de momento porque a revolta e a sua consciência ditada por uma longa experiência de quem era o inimigo, estavam há muito assentes. Nessa mesma noite de 30 de Abril, uma Comissão do

Bairro de S. João de Deus, elaborou um caderno reivindicativo mínimo, exigindo a abolição imediata do Regulamento fascista que durante anos e anos oprimiu e aterrorizou os moradores. Nodia 1 de Maio, em manifestação que trouxe para a rua a maior parte dos moradores, esse caderno foi entregue no Quartel General. Ao contrário do que os cinicos dizem quando chamam «cabeiros» ao povo (que previamente dividiram e aterrorizaram), el-lo ao ataque contra a opressão e a exploração sempre que as condições o proporcionam.

Como resultado da ampla mobilização levada a cabo pela própria iniciativa das comissões formadas, o Regulamento fascista, que transformou os bairros em Campos de Concentração, foi suspenso. Mas, que novo Regulamento virá? — Os moradores querem ter uma palavra a dizer. Os moradores querem eles próprios controlar a vida interna dos Bairros através das Assembleias e Comissões. Não são menores mentais, não querem mais o Fiscal que é o bufo da Câmara e a ponta de lança da divisão e do terror dentro dos bairros. O povo não quer polícias.

O que virá a seguir? A luta continua pela junção de novos bairros ao Movimento — são mais de duas dezenas de bairros habitados por perto de 50 mil pessoas. Para já, a Câmara man-

tém-se como antes, e o povo sabe. Um elemento do MDP inicialmente digitado para uma nova vereação da Câmara veio apoiar uma ideia que apareceu de transformar as casas dos Bairros em casas de renda resolúvel. É claro que os moradores, fartos de não terem uma casa verdadeiramente sua (o Fiscal pode entrar em qualquer momento sob pena do morador ser despejado caso não lhe abra a porta, por exemplo), e naturalmente penetrados pelas ideias dominantes do sistema da propriedade privada, aplaudiram. Começam agora a perceber-se de alguns inconvenientes dessa ideia. Por exemplo, terem de aguentar com a conservação da casa, o que é incomportável para a sua bolsa, tanto mais que muitas moradias, se não a maioria, estão em péssimo estado. Outro exemplo, o ficarem «amarrados» à casa que estão a pagar durante 25 anos, quando uma renda barata, proporcional aos proventos lhes simplificaria a vida. Estamos certos que os trabalhadores a pouco e pouco compreenderão que a propriedade privada favorece a burguesia e não a sua causa.

Mas, além das conquistas efectuadas, os trabalhadores habitantes dos bairros têm ficado com ideias mais claras sobre quem são os verdadeiros e os falsos amigos do povo. E em relação ao futuro, isto é um bem precioso.



CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral	45\$00
Anual	90\$00
Apoio (anual)	150\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória, em nome da directora interina.



Soldados e marinheiros
Juntos com o povo jamais abdicarão
os trabalhadores.

Para reprimir a manifestação anti-colonial
do Largo da Estrela, o governo teve que
usar a P.S.P. e a G.N.R., que são merca-
nários separados do povo

Quando quis atacar os trabalhadores
dos C.T.T. em greve, o governo não con-
seguiu que os milicianos e os soldados,
filhos do povo, cumprissem as ordens
reaccionárias.

Quanto mais os soldados e os
marinheiros estiverem unidos

com o povo,
mais forte
será a
luta dos
trabalhadores,
mais fraca
será a
burguesia



NO DIA 26 DE MAIO, A P.S.P. E A G.N.R. REPRIMEM OS MANIFESTANTES QUE, NO LARGO DA ESTRELA, EXIGIAM A LIBER-
TAÇÃO DO CAPITÃO PERALTA E PROCLAMARAM A SUA SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DAS COLÓNIAS EM LUTA

EM LISBOA 3000 PESSOAS EXIGIRAM EM MANIFESTAÇÃO A LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS DOIS MILICIANOS QUE SE RECUSARAM A REPRIMIR A LUTA DOS CTT

Nos dias 25 e 26 de Junho, os Aspirantes a Oficial Miliciano Carlos Marvão e João Anjos foram presos e enviados para a Trafaria, onde se encontram algumas das mais odiosas figuras do regime fascista (Casal-Ribeiro, Maltês, etc.).

Porquê essa prisão? Porque na manhã do dia 20 de Junho

se recusaram a comandar uma força militar para intervir na greve dos CTT.

Qual o significado destas prisões?

Elas devem-se ao facto do comando da organização militar continuar entregue a militares

fascistas altamente comprometidos com o regime anterior ao

25 de Abril. Estes, como instrumentos da classe dominante, tentam perpetuar a exploração, agora sob novas formas. Para tal precisam de um exército rigidamente hierarquizado e ferozmente disciplinado capaz de continuar a fazer a guerra colonial enquanto a classe dominante o achar necessário, e que

ao mesmo tempo possa servir como elemento de repressão às justas lutas dos trabalhadores.

Por esse motivo a classe dominante procura por todos os meios separar a luta dos trabalhadores da luta dos soldados e marinheiros.

A prisão dos camaradas Marvão e Anjos é disso um exem-

plo. Estes camaradas ao colocarem-se decididamente ao lado das justas lutas dos trabalhadores, fizeram cair sobre si o rigor da repressão. Saudamos aqui a coragem dos nossos camaradas garantindo-lhe o apoio de todos os trabalhadores, soldados e marinheiros.

Um grupo de milicianos